

# **Os louros ingratos da Guerra Civil: memória e esquecimento através das moedas cunhadas durante os conflitos internos da República Tardia**

*Les lauriers ingrats de la guerre civile: mémoire et oubli à travers  
les pièces de monnaie frappées lors des conflits internes de la  
République Tardive*

**Giovanni Pando Bueno\***

**Resumo:** Propõe-se, neste artigo, analisar a ação da documentação numismática na construção de memória e sua atuação nos conflitos políticos internos vividos por Roma durante as últimas décadas do período republicano. As moedas romanas, na condição de agentes da memória, intervinham ativamente nos conflitos. A partir da seleção de três fontes (RIC 545, RRC 448/3 e RRC 443/1), datadas de entre 49 e 28 a.C., buscamos compreender a forma particular como as peças monetárias recordavam as Guerras Civis, evitando dar visibilidade à dimensão doméstica dos conflitos e, ao mesmo tempo, enfatizando as guerras contra povos estrangeiros.

**Résumé:** Cet article analyse le rôle de la documentation numismatique dans la construction de la mémoire et son action dans les conflits politiques internes vécus par Rome au cours des dernières décennies de la période républicaine. Les pièces de monnaie romaines, en tant qu'agents de la mémoire, ont activement impliqués dans les conflits. Sur la base de trois sources (RIC 545, RRC 448/3 et RRC 443/1), datées entre 49 et 28 av. J.-C., nous cherchons à comprendre la manière particulière dont les pièces de monnaie se souvenaient des Guerres Civiles, en évitant de donner de la visibilité à la dimension domestique des conflits et en mettant en même temps l'accent sur les guerres contre les peuples étrangers.

**Palavras-chave:**  
Guerra Civil;  
memória.  
Esquecimento;  
moeda;  
César;  
Octávio.

**Mots-clés:**  
Guerre Civile;  
mémoire;  
oubli;  
pièce de monnaie;  
César;  
Octave.

---

Recebido em: 01/07/2024  
Aprovado em: 02/10/2024

---

\* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista Fapesp durante a pós-graduação. Atualmente, é professor e coordenador pedagógico do colégio Nossa Senhora de Sion (Higienópolis, São Paulo).

## Introdução: moedas, memória e conflito

Foi-se o tempo em que a documentação numismática estava limitada a estudos econômicos ou servia como suporte de datação, atendendo a questões de ordem cronológica com que algumas investigações se deparavam. Fleur Kemmers e Nanouschka Myrberg (2011) apontam, em um artigo, para a necessidade de estender às moedas os avanços teórico-metodológicos que ocorreram, nas últimas décadas, dentro dos campos da Arqueologia e dos estudos da cultura material. Os vários circuitos em que as moedas se inserem, ao longo de sua trajetória, desde sua cunhagem, circulação, deposição e recuperação (Kemmers; Myrberg, 2011, p. 89-90), demonstram a existência de interações das mais variadas entre a peça monetária e os sujeitos, que vão muito além da finalidade econômico-comercial, e que devem ser compreendidas à luz da historicidade de cada contexto sociocultural.

No caso romano, Niels Hannestad (1988, p. 11) deu um passo significativo no campo numismático, em 1988, ao interpretar as cunhagens pela chave da propaganda: em uma época sem mídia de massa, as moedas compunham um sistema semântico veiculador de mensagens políticas em larga escala. Há um debate que problematiza a aplicabilidade do conceito de propaganda,<sup>1</sup> muito particular à Modernidade, também para a Antiguidade, e que pode nos levar, hoje, a questionar os pressupostos de Hannestad, ao trabalhar as moedas como suportes propagandísticos; afinal, tal enquadramento as reduz a canais de uma comunicação exógena,<sup>2</sup> abordagem devedora dos estudos semióticos.<sup>3</sup> Todavia, a obra desse autor teve sua relevância, ao colocar, em primeiro plano, as relações políticas que envolviam as moedas romanas, isto é, um uso além do valor econômico. É preciso

<sup>1</sup> Segundo Smith (2021, p. 226-228), que faz referência à obra de Jason Stanley, intitulada *How Propaganda Works*, podemos conceber uma propaganda *lato sensu* para o mundo antigo definindo-a como retórica política em parâmetros, até certo ponto, mais largos e frouxos, a fim de não cair em anacronismos e compreendê-la juntamente com o conceito gramsciano de ideologia hegemonic. Tudo isso visando não descartar a noção de propaganda como categoria analítica, ao torná-la exclusiva dos Estados ditos sofisticados, ou seja, modernos.

<sup>2</sup> Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2012, p. 251), desde as mudanças introduzidas pela Escola dos *Annales*, a historiografia passou a reconhecer o potencial cognitivo da documentação imagética. Todavia, até meados do século XX, não lhes oferecia um trato metodológico digno de tal condição, vide a formação logocêntrica da disciplina que ora reduzia a imagem a um papel ilustrativo e comprobatório de fontes textuais, ora a traduzia em modelo verbal, analisando-a como se sua natureza fosse textual – o que a torna um receptáculo de informações exógenas construídas *a priori* e nela depositadas.

<sup>3</sup> É verdade que a semiótica sofreu alterações metodológicas ao longo do tempo para ser empregada no estudo das imagens, como aponta Cardoso (2005, p. 236-245), ao mencionar os esforços de Roland Barthes a partir da publicação de *Retórica da imagem*, em 1964, e o processo subsequente de passagem da semiótica da comunicação para uma da significação – o que fez a obra de Ferdinand de Saussure dar lugar à de Charles Sanders Peirce como principal referencial teórico nas pesquisas interessadas em desvendar o código comunicativo operante nas mensagens visuais. No entanto, isso não livrou a semiótica de seu problema de fundo. A busca por decifrar a dinâmica interna dos signos cinde a imagem em duas dimensões, uma interna e outra externa, sendo esta última ignorada e, com isso, transformando a imagem em uma entidade isolada, apartada da materialidade que lhe é própria.

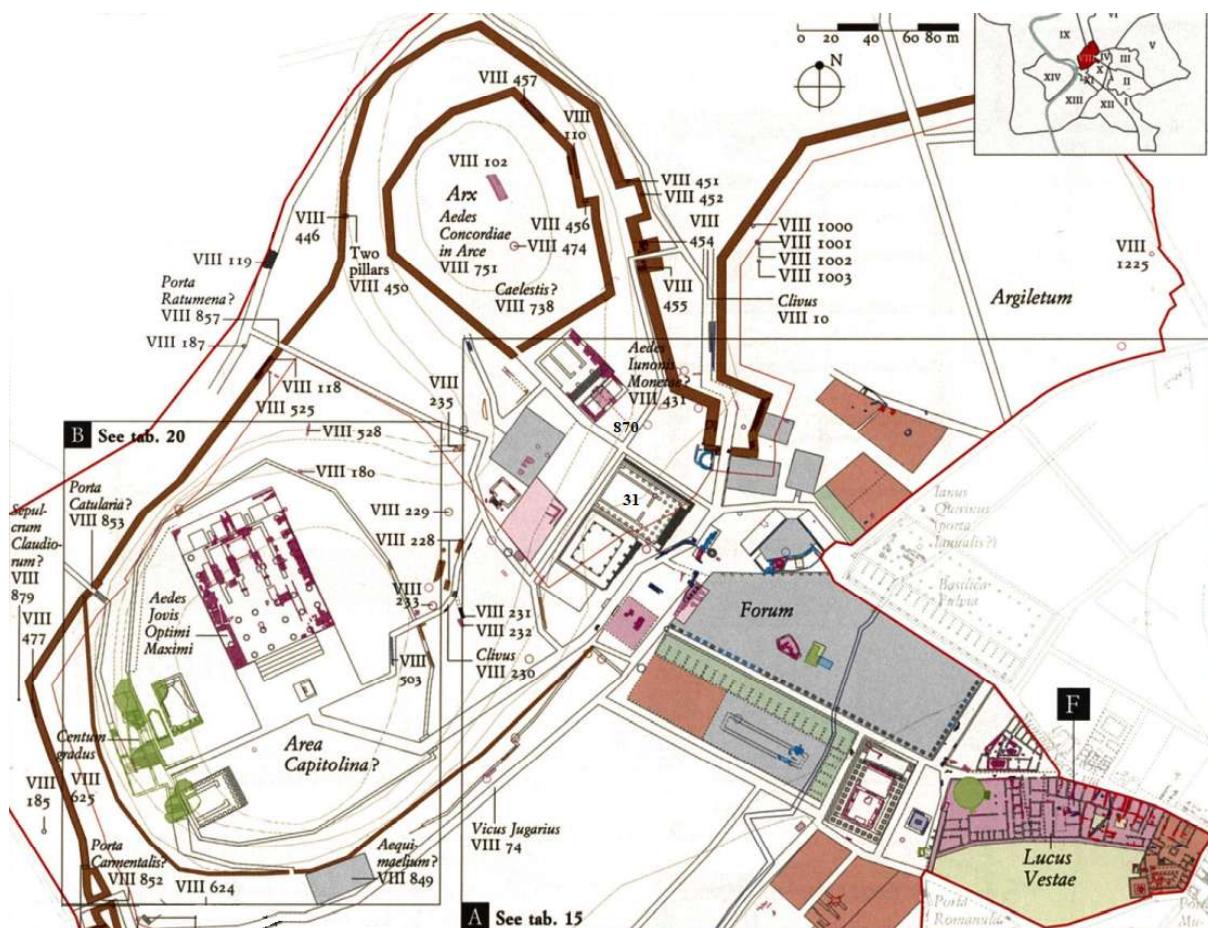
esmiuçar tal dimensão política das cunhagens romanas, em particular a relação entre a memória construída pelas moedas e os conflitos políticos em curso no final da República.

À vista disso, uma primeira questão deve ser levantada: é válido tratar a moeda romana como um agente da memória, no sentido de que ela seria capaz de organizar o passado e reproduzi-lo socialmente? No que compete à relação entre moeda e memória, é mais que sugestivo o fato de a primeira oficina monetária do período republicano ter sido arquitetada em associação ao templo de Juno Moneta, localizado na Arx do monte Capitólio (Figura 1).<sup>4</sup> O epíteto da deusa supracitada remete etimologicamente a Mnemósine, musa da memória (Silva; Zardini, 2015, p. 86),<sup>5</sup> e possuiu um papel de destaque na história da República antiga. Conforme narram as lendas, tal epíteto a configurava como “a deusa que adverte” ou “a deusa que faz lembrar”, tendo sido dado a Juno após o ano de 390 a.C., quando os gansos que eram criados no recinto sagrado anterior ao templo grasnaram durante a madrugada em que os gauleses invadiram Roma, soando o alarme aos cidadãos, que se prontificaram a defender a cidade (Grimal, 2005, p. 260). Também é contado que, durante a Guerra de Pirro, no século III a.C., Juno garantiu ao povo de Roma que não lhe faltaria dinheiro, o que levou os romanos a cunharem suas moedas, a partir de então, junto ao templo da deusa, cujos auspícios passaram a zelar pelas emissões monetárias (Kury, 2003, p. 1313-1314).

<sup>4</sup> Na parte setentrional do Capitólio, separada pelo *Asylum* da meridional, na qual se localizava o templo de *Iuppiter Optimus Maximus*, dominava a Cidadela (*Arx*) Capitolina. Esta foi estruturada após a derrubada da casa do cônsul Marco Mânlio Capitolino por decisão senatorial, em 384 a.C., após o assédio gaulês a Roma, e foi lá que, ainda no século IV a.C., seria erguido o templo de Juno Moneta, depois de ter sido colocado em votação pelo ditador Cílio, em 345 a.C. Tito Lívio (*History of Rome*, VI, 20, 13) atribui a tal localidade a *officina Monetae*, principal oficina responsável pelas cunhagens republicanas, e acredita-se que o templo estaria conectado ao *Aerarium*, o tesouro público localizado no Templo de Saturno (situado na porção noroeste do Fórum), através de uma passagem segura que cruzava o Tabulário (Arata, 2010; Meadows; Williams, 2001, p. 27-28).

<sup>5</sup> O verbo latino *moneo*, do qual deriva este epíteto de Juno e que dará origem à palavra “moeda”, tem por significado “lembrar”, “advertir”, “avisar”, “alertar”, dentre outros (Oxford, 1968, p. 1130).

**Figura 1** - Reconstituição da planta do Capitólio e Fórum entre os anos 240 e 82 a.C.



Fonte: Carandini (2017, tab. 14).

Observa-se, por meio da Figura 1, a elevação principal do Capitólio, que abrigava o templo de *Jupiter Optimus Maximus*, à esquerda (inserida no quadrado B da imagem), e a *Arx*, na parte superior central. O templo de Juno Moneta (*aedes Iunonis Monetae*) encontra-se no canto superior esquerdo do quadrado A, demarcado com a numeração VIII 431. Isto posto, Meadows e Williams (2001, p. 28-30) destacam que o templo de Juno Moneta abrigava, em seu interior, padrões de medição, como a unidade oficial de medida romana de comprimento – o pé – e algumas medidas de peso, além dos *libri lintezi*, pergaminhos de linho que continham o registro cronológico dos magistrados republicados. Há uma razão de ordem prática que explica o fato de os padrões de medida, principalmente de peso, serem guardados próximo ao local das cunhagens: garantir o controle da quantidade de metais na produção de moedas. Porém, qual seria a relação da emissão monetária com as listas de magistrados? Segundo ambos os autores, além de cuidar da precisão de pesos e medidas, Juno Moneta tinha uma atribuição memorial. A ela caberia garantir a autenticidade do passado, protegendo os registros históricos de Roma

em seu interior, tal como uma *Mnemosyne* latina e, por consequência, vigiando, também, as moedas, que eram ali batidas e que estampavam em suas faces cenas do passado romano (Meadows; Williams, 2001, p. 48). Na condição de produto dos auspícios de Juno, e fruto de sua responsabilidade, a moeda exprimia, então, uma dupla confiabilidade: a de seu valor metálico e a de seu registro histórico. Estas eram duas marcas indissociáveis da peça monetária, que atestavam sua genuinidade, configurando-se como condições ontológicas da cunhagem romana (Meadows; Williams, 2001, p. 48).

Nesse sentido, a moeda, em Roma, materializava um ideal de verdade que só o plano divino era capaz de resguardar, de modo que sua reprodução social se amparava na pressuposição desta veracidade. Afora a extrema quantidade de ouro, prata e bronze, tratava-se, também, de uma fidedignidade, e inclusive histórica, tornando a moeda um *monumentum* (Meadows; Williams, 2001, p. 48-49). Por tal ângulo, a persuasão, como prática da propaganda, segundo a leitura de Hannestad, não qualifica bem os intentos da moeda – antes, ela se preocupa em fazer lembrar. Mesmo no final da República e durante o Império, quando novas oficinas surgiram fora de Roma, algumas até mesmo itinerantes (pois acompanhavam generais e tropas em deslocamento pelas províncias), as moedas continuaram a estampar o passado, pois a instigação da lembrança se tornou seu *ethos*. O contexto primeiro de cunhagem no mundo romano, junto ao templo de Juno Moneta, fez das moedas um registro histórico, um “monumento em miniatura”, como trata Clare Rowan (2019, p. 2, 4). E, como tal, elas inescapavelmente participariam de forma ativa do litígio memorial que se amplificava nos últimos anos da República.

Como se dava a participação da peça monetária nesses conflitos políticos? Aqui é preciso estar atento às dinâmicas sociais próprias das moedas e indagar o envolvimento particular das cunhagens com a hierarquia social romana, para então delimitar o espectro de receptores envolvidos. Assim, de forma bastante geral, deve-se notar a íntima relação entre a moeda e a autoridade política instituída, que centralizava sua produção (Rebuffat, 1996, p. 78-80). Há, com isso, um constante esforço legitimador, de caráter mútuo, das moedas para com a autoridade, já que, enquanto circulam por um vasto território, dispersam a iconografia vinculada ao núcleo de poder (Carlan; Funari, 2012, p. 66), e da autoridade para com as moedas, cujo valor é devedor do poder emissor que ampara sua autenticidade. A moeda, portanto, encerra em si uma estrutura hierárquica complexa; ela concretiza, nas mãos do indivíduo que a porta, uma autoridade política, e ramifica materialmente o poder central pelo Império através de sua circulação cotidiana.

No caso da documentação numismática oriunda do final do período republicano, principalmente a partir da segunda metade do século II a.C., encontramos um cenário riquíssimo, tanto no quesito qualitativo, com um aumento expressivo da variedade

iconográfica estampada em versos e anversos, quanto no quantitativo, com emissões cada vez maiores e pouco espaçadas, consequência direta das Guerras Civis (Wolters, 2001, p. 582). Como afirma Reinhard Wolters (2001, p. 580), a cunhagem, geralmente, era promovida em Roma quando surgiam novas despesas a serem pagas, como as militares – o autor sugere que, no período imperial, estas constituíam 2/3 de todos os gastos romanos –, de modo que a grande maioria das novas moedas que entrava em circulação estava destinada aos *stipendia* dos soldados. Não é de se estranhar que, se as emissões cresceram após as Guerras Púnicas, aumentaram ainda mais no século I a.C. com os conflitos internos, ampliando a rede de oficinas e de moedas em uso, especialmente as de prata.<sup>6</sup> O resultado foi uma forte conexão entre comandante e suas tropas, sendo firmada pela materialidade das peças monetárias.

Assim, as legiões eram o primeiro público-alvo das novas cunhagens (Wolters, 2001, p. 585), mas não foram o único. O processo de circulação fazia as moedas chegarem aos espaços urbanos, às comunidades civis de províncias afastadas, à capital, sem mencionar, é claro, as emissões locais, que continuaram existindo, além daquelas destinadas à própria população de Roma. As cunhagens passaram a reproduzir a instabilidade interna do poder político em Roma entre um público expandido, porque as novas emissões não substituíam as antigas que continuavam circulando,<sup>7</sup> o que fez com que as moedas oriundas de facções políticas beligerantes e temporalidades distintas coexistissem. Ora, se cabia à moeda rememorar, e se seu registro histórico era sustentado por um ideal de verdade, moedas com memórias conflitantes, frutos de disputas internas, acabavam por potencializar as contradições políticas.

Àquele que se deparasse com moedas antagônicas, escolher um lado não era uma questão completamente subjetiva. Por exemplo, os soldados de César, ao serem pagos ao mesmo tempo com antigas moedas de Pompeu e novas cunhagens de César, não cairiam no dilema de decidir com qual memória se sensibilizariam, pois, apesar de as moedas de adversários estarem em circulação, o ineditismo das novas emissões produzia maior impacto na lembrança dos receptores. Como explica Paulo Martins (2011, p. 151), a lógica da “figuração numismática restringe-se ao momento do *hic et nunc*”, isto é, ela se limita a referenciar algo “próximo e imediato”, um evento recém-acontecido ou algo bastante vívido na memória comunicativa, que facilitaria a identificação (Silva; Zardini, 2015, p. 86).

<sup>6</sup> Wolters (2001) defende que o *stipendium*, na República Tardia, dava-se, notadamente, em moedas de prata, como os denários. Segundo Crawford (1985, p. 72, 143), durante a República Arcaica, e até por volta de 157 a.C., momento em que a extração nas minas de prata da Macedônia começa a tomar fôlego, a produção em bronze predominava, com destaque para o asse, que seria, então, substituída pela prata.

<sup>7</sup> Mesmo com as novas cunhagens, nos pagamentos dos soldados, predominavam as antigas moedas em circulação (Wolters, 2001, p. 587).

Aliás, o valor da novidade nas moedas também estava relacionado à efemeridade do envolvimento com seus portadores: a moeda é feita para circular, para ser gasta, não sendo de seu feitio persistir por longos anos junto a seu dono. É da brevidade do relacionamento sujeito-objeto que ganha relevância a moeda recém-batida, aquela que ostenta o frescor do passado recente, que instiga a memória comunicativa. Nesse sentido, a lembrança evocada pelas velhas moedas não obstaculizava a lembrança conjurada pelas novas; pelo contrário, atuava como uma lembrança fraca diante de outra forte que estava mais próxima dos receptores. Trata-se de uma dinâmica em rede que depende justamente desta coexistência para instigar o litígio: a vantagem da nova cunhagem se apoiava no desgaste da velha para criar antagonismo, fazendo desta última uma memória a ser combatida. Em outras palavras, de agente da memória, a moeda romana assumia também o papel de agente do conflito de memórias.

Selecionamos, a seguir, três moedas, datadas de entre as décadas de 40 e 30 a.C., cunhadas no contexto das Guerras Civis entre César e Pompeu, e entre Otávio e Marco Antônio. Buscaremos esmiuçar essa faculdade conflitiva das moedas, tratando especificamente do problema da rememoração das guerras civis.

### Três estudos de caso: o crocodilo, o cervo e o elefante

Foi com um crocodilo estampado em uma série de moedas que Otávio comemorou sua vitória na Guerra Civil contra Marco Antônio, iniciada em 31 a.C. e findada após a conquista de Alexandria no ano seguinte. Dentre estas cunhagens, batidas um ano após seu retorno triunfante a Roma e das quais são identificadas três diferentes emissões,<sup>8</sup> selecionamos aquela de prata com o capricórnio no anverso (Figura 2), *signum natalis* do futuro imperador.

<sup>8</sup> Uma primeira emissão deste tipo (RIC 275a) são denários datados de 28 a.C., cunhados em alguma região da Península Itálica, talvez em Roma, embora seja impossível precisar. Esses trazem um *lituus* no anverso atrás da cabeça de Otávio e omitem a inscrição DIVI·F (*Diui filius*, "filho do Divino [Júlio]") que as demais emissões registram junto ao exergo CAESAR·COS·VI (*Caesar consul VI*, "César, cônsul pela sexta vez"), talvez porque o *lituus* já evocava por si só a figura de Júlio César, que foi *Pontifex Maximus*. A segunda emissão (RIC 545) é o denário aqui analisado, que traz o capricórnio ao invés do *lituus*, provavelmente produzida em Pérgamo. Por fim, a terceira é um áureo de 27 a.C. (RIC 544), bastante semelhante a este segundo modelo (Draycott, 2012, p. 44).

**Figura 2** - Denário de prata de Otávio (RIC 545)



Fonte: The Trustees of the British Museum. Disponível em: <[https://www.britishmuseum.org/collection/object/C\\_1860-0328-115](https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1860-0328-115)>. Acesso 30 jun. 2024.

A imagem do crocodilo no reverso, inserida entre a inscrição “Egito capturado”, provocou um grande debate entre estudiosos que, em sua maioria, concordaram que se trata de uma redução estereotipada do Egito de Cleópatra VII – aliada de Marco Antônio na Guerra Civil – à forma de besta selvagem domada por Roma. Jane Draycott (2012, p. 43-44), todavia, escrutinando o uso da figura do animal no contexto egípcio da época, levanta uma hipótese mais plausível. Segundo a autora, o crocodilo, que nunca fora propriamente utilizado pelos romanos para simbolizar o Egito, era, antes, um animal bastante caro aos Ptolomeus, por fazer parte do mito fundador da dinastia. Durante a satrapia de Ptolemeu I Sóter, futuro monarca, o general macedônico Pérdicas, que invadira o Egito objetivando depô-lo, sofreu significativas baixas ao tentar cruzar o Nilo, passagem na qual muitos de seus soldados acabaram afogados ou devorados por crocodilos, o que abalou o moral e resultou na morte de Pérdicas, em 321 a.C., devido a uma conspiração interna.<sup>9</sup> Com isso, a dinastia ptolomaica, em várias ocasiões, mobilizou a figura do crocodilo como um elemento de resistência a invasões estrangeiras, sendo o deus Sobek um dos mais adorados a partir de então. Nos últimos anos dos Ptolomeus, Cleópatra VII vinha adotando signos tradicionais de antigos governantes ptolomaicos em suas cunhagens e, em moedas, associou o crocodilo à sua filha, Cleópatra Selene, que

<sup>9</sup> O relato é de Diodoro Sículo (XVIII, 34-36), autor do século I a.C. (Draycott, 2012, p. 53-54).

havia recebido do pai, Marco Antônio, o controle sobre os territórios de Creta e Cirenaica. É nestas províncias que encontramos duas séries de emissões, datadas de entre 37 e 34 a.C., uma grega e outra latina, que estampam crocodilos em suas faces (Draycott, 2012, p. 48-51, 55).

Assim, ao conquistar Alexandria, em 30 a.C., Otávio se apropria da memória cultural do Egito ptolomaico e a perverte, colocando o crocodilo, símbolo fundacional de resistência contra forasteiros, ao lado da inscrição “capturado”, em atitude de forte cinismo – além de contrapô-lo, no anverso, à sua marca pessoal, o capricórnio. A análise de Draycott é bastante crível, ainda mais se considerarmos a coexistência das diferentes moedas, das laudatórias em nome de Cleópatra Selene e das vexatórias de Otávio – pode-se inferir que a humilhação se reforçava ainda mais através da comparação. Há, no entanto, uma ausência que é ainda mais notável que a ridicularização da memória egípcia: Marco Antônio. Afinal, embora o conflito tenha se desdobrado também na guerra contra um território estrangeiro, que acabou sendo submetido à condição provincial por Roma (Herklotz, 2012, p. 13), tudo se iniciou com a Guerra Civil.

Na moeda, não é feita nenhuma referência ao general derrotado, muito menos à dimensão civil do conflito. Tal exclusão está em sintonia com a política adotada por Augusto ao longo de seu Principado quanto à memória de Marco Antônio. Após Áccio, Otávio recusou as sanções proscritivas formuladas pelo Senado ao ex-triúnviro e, *grosso modo*, aplicadas desde o início da crise republicana a quem fosse declarado *hostis* (inimigo),<sup>10</sup> optando muito mais pelo silêncio do que pelo ataque. Nas próprias *Res Gestae*, documento datado do final do Principado, Marco Antônio não só não é citado,<sup>11</sup> como Áccio é mencionada um capítulo antes (*RG*, XXV, 22) de Augusto enumerar suas conquistas de novos territórios e políticas coloniais (*RG*, XXVI-XXVII). O Egito, assim, eclipsava a Guerra Civil e a derrota sofrida por uma facção romana. Aos veteranos que foram pagos com *Aegypto Capta* e aos cidadãos que tiveram acesso a tal cunhagem, a guerra deveria ser lembrada muito mais como um conflito externo do que interno.

Evitar enfatizar a vitória na Guerra Civil, substituindo-a por um triunfo contra forças bárbaras, não foi estratégia exclusiva de Augusto. Nos anos 40 a.C., César experimentou muito bem este desconforto. Em 48 a.C., cunhava-se, em Roma, uma série de denários sob autoridade de Saserna, moedeiro aliado de Júlio César, que visava a dar conta do recente

<sup>10</sup> Como destruição de estátuas, apagamento de inscrições em espaços públicos, decretação de seu aniversário como um dia de mau agouro, banimento do uso de seu *praenomen* – Marcus – da *gens Antonii* e a obliteração de seu nome dos *fasti consulares* (Flower, 2006, p. 116-117).

<sup>11</sup> A única menção indireta a ele, reduzido a uma “facção” (*RG* 1, 1), está relacionada ao conflito entre os cesarianos envolvendo o controle pela Gália Cisalpina logo após os Idos de Março, no início de 43 a.C. com as batalhas de Mutina e do Fórum dos Galos, e não à guerra do final da década de 30 a.C.

assédio e conquista da cidade de Massália, atual Marselha (Figura 3). Como é narrado no segundo livro *De Bellum Civile* (II, 1, 1), forças cesarianas, sob o comando do legado Caio Trebônio, foram enviadas para cercar Massália, que, por sua vez, tinha se colocado ao lado de Pompeu e era chefiada por Lúcio Domício Enobarbo. Custosamente, como se conta, César ordenou que suas tropas não agissem com violência contra Massália, apesar do desprezo da cidade pelos soldados cesarianos e da longa duração do cerco (*B Civ.*, II, 13, 3-4). E, mesmo depois da traição da cidade, que se fez de rendida para incendiar de surpresa o armamento de cerco (*B Civ.*, II, 14), César teria sido clemente uma segunda vez quando ela finalmente capitulou e Domício Enobarbo fugiu (*B Civ.*, II, 22, 6). Massália e seus cidadãos foram poupadados não apenas no relato bélico, mas também no âmbito memorial.

**Figura 3** - Denário de prata de Saserna (RRC 448/3)



Fonte: American Numismatic Society. Disponível em: <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3279>>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

A cunhagem de Saserna traz em seu reverso a imagem de Diana, deusa patrona de Massália, segurando um cervo pelos chifres e cercada pela inscrição em sentido horário “L. Hostilius Saserna”, nome do responsável pela sua emissão. O anverso estampa uma mulher gaulesa com um *carnyx* atrás de seus cabelos. Este era um instrumento de sopro cuja campana tinha o formato de um dragão, sendo utilizado por celtas em campo de batalha. Assim, são lembradas pela peça duas conquistas de César: uma, de 49 a.C., no contexto da Guerra Civil, e outra, datada de entre 58 e 52 a.C., no contexto da dominação da Gália Transalpina. Contudo, essas vitórias não são lembradas da mesma forma. O modo

comumente utilizado para figurar nações estrangeiras que foram subjugadas por Roma é empregado, aqui, no anverso: exagera-se na alteridade ao se destacar características próprias de povos não-romanos, no caso, com cabelos compridos e o *carnyx* dos gauleses. Por outro lado, para representar a tomada da cidade romanizada de Massália, recorre-se à figura divina de Diana, deusa também cultuada na capital do Império, sem a mobilização de estereótipos físicos ou redução da comunidade dominada à figura de um indivíduo feito cativo (Rowan, 2019, p. 28-29). Seguindo o plano discursivo traçado por César, segundo o qual o Senado, os tribunos e o povo de Roma estavam sendo oprimidos por uma “facção minoritária” (*B Civ.*, I, 22, 5), a tomada de Massália foi quase um ato de *pietas* para com sua deusa patrona, transformando o assédio em libertação desta opressão (Rowan, 2019, p. 28-29).

Além disso, é importante lembrar do templo de Diana em Roma, situado no monte Aventino; afinal, foi na capital que a moeda de Saserna foi cunhada, e, talvez, seus habitantes tenham sido os primeiros a terem contato com a peça. A tradição atribuía à construção deste templo a Sérvio Túlio,<sup>12</sup> tendo sido o resultado de um acordo entre o rei romano e outros povos do Lácio, e destinado à realização de celebrações políticas as quais visavam a resolver conflitos entre romanos e outras populações latinas. Ao público da *Urbs*, era sob a égide de Diana Aventina que a concórdia entre os membros da mesma comunidade se selava – seja uma liga de vilas do Lácio, seja entre a capital e seu extenso império.

Colocar a Gália ao lado de Massália constrói, também, uma ordem de grandeza. A guerra romano-gaulesa se estendeu por seis anos, foi anterior e promoveu a subjugação de um vasto território. O cerco de Massália durou meses, tendo sido um evento mais recente e resultou no restabelecimento de um estado anterior à Guerra Civil em uma cidade específica, que, no entanto, agora se encontrava livre do jugo faccionário. O general que libertou Massália no presente é o mesmo que expandiu as fronteiras do Império no passado, ou seja, seu histórico militar impede que contestem sua *dignitas*,<sup>13</sup> que, segundo César, era questionada por tal facção usurpadora (Raaflaub, 2003, p. 41-42). Dessa maneira, a conjuração da Gália enfatiza que o *imperium* de César é capaz de dobrar estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, pode ser direcionado à disputa interna

<sup>12</sup> Especialmente Dionísio de Halicarnasso (*Antiquitates Romanae*, IV, 26, 1-5). Michel Gras (1987, p. 51-54) contesta essa datação, já que os autores antigos, como Dionísio, afirmam que Sérvio Túlio inspirou-se no templo de Ártemis, em Éfeso, que teria uma função semelhante para os povos jônios, como o centro de uma liga política. Porém, o templo da cidade da Ásia Menor só teria tal uso a partir do século IV a.C., quase duzentos anos depois de Sérvio Túlio. Gras afirma que o templo, em Roma, poderia ter tido tal papel político em algum momento da República.

<sup>13</sup> Especialmente quando considerado ao lado de Pompeu, que, antes das primeiras conquistas de César, já havia consolidado sua imagem de grande general.

para devolver Massália à proteção de Diana. Sendo assim, o impacto desagradável do confronto doméstico é amortecido quando colocado ao lado da dominação externa.

A guerra contra o Egito/Marco Antônio e o assédio a Massália foram lembrados em cunhagens depois que a vitória já estava concretizada. Todavia, mesmo antes do resultado, logo após ter ocorrido a declaração da Guerra Civil, era preciso ter cuidado em representá-la nas peças monetárias. É o caso dos denários de César que retratam um elefante (Figura 4). Trata-se do primeiro denário batido no início do conflito contra Pompeu, a terceira moeda do período republicano em maior número de peças emitidas,<sup>14</sup> e, provavelmente, cunhada com a prata que César confiscou do *aerarium sanctius*, em 49 a.C. (Nousek, 2008, p. 293). Muito já foi discutido acerca da simbologia do reverso deste denário, que contém um elefante, uma suposta serpente e a inscrição CAESAR,<sup>15</sup> de modo que, hoje, duas hipóteses se destacam. A primeira, sintetizada por David Woods (2009, p. 189-192), recorre a uma interpretação etimológica para entender a relação dos animais com os conflitos de 49 a.C. Apelando a fontes tardias, do século IV d.C.,<sup>16</sup> o autor encontrou uma referência ao nome púnico para elefante (*caesai*) que teria sido dado ao romano que primeiro matara um paquiderme, dando origem ao cognome *Caesar*, possivelmente algum ancestral do ditador (Woods, 2009, p. 190).

Por outro lado, Woods afirma que a protuberância que há no dorso da serpente poderia configurar uma espécie de crista. Ao perquirir a *Eneida* (II, 203-208), de Virgílio, especificamente a passagem em que as cobras atacam Laocoonte, deparamo-nos com o termo *iubae*, que descreve o tipo de nadadeira dorsal que as serpentes possuíam e que as ajudavam a nadar. *Iuba* é o mesmo nome do rei da Numídia, Juba I, que se aliou

<sup>14</sup> Nousek (2008, p. 293), seguindo as estimativas feitas por Crawford (2008, p. 640-695), calcula aproximadamente 22,5 milhões de moedas batidas dessa série, ficando atrás apenas das de Calpúrnio Pisão, de 90 a.C. (RRC 340/1), e de Caio Víbio Pansa, do mesmo ano (RRC 342/3).

<sup>15</sup> A lista de interpretações é grande. Linderski (1996) e Crawford (2008) concordam que não se trata de um evento específico, sendo que Crawford (2008, p. 735) fala em termos genéricos de uma "vitória sobre o mal", e Linderski (1996, p. 161-162), que o elefante, representando vitória e força, sinalizava a promessa de César de destruir seus inimigos. Andreas Alföldi (1968, p. 9-18 apud Woods, 2009, p. 189-190) propôs que o elefante simbolizava César, enquanto a serpente representaria a África. Por seu turno, Rowan (2019, p. 24-27) sugere que, talvez, nem seja uma cobra, mas um *carnyx*, devido à estrutura dorsal, que o assemelha a um dragão, o que corresponderia, assim, a mais uma representação da conquista da Gália. Autores do mundo antigo falam em uma relação conflituosa entre ambos os animais, como Plínio, o Velho (*Naturalis historia*, VIII, 32), que afirma que, na Índia, eram travadas batalhas entre elefantes e cobras gigantescas. Já Lucrécio, em *De rerum natura*, retrata elefantes como animais de guerra presentes na Índia (II, 537-540), introduzidos pelos fenícios nos campos de batalha (V, 1302-1304), e cujas trombas eram mãos na forma de serpente – o epíteto usado por este autor, duas vezes, é *anguimanus*, traduzido por Gonçalves (2021, p. 123, 471) como "serpímano". Segundo Kellum (1994, p. 31), em Roma, os elefantes eram associados ao deus Apolo, e tal como este, que portava o arco e a lira, os quadrúpedes tinham uma natureza dupla, feroz e pacífica, podendo servir como bestas de combate ou como signo da concórdia. No período augustano, este último sentido prevalecerá. Sobre tal proposta, conferir Alföldi, Alföldi e Birley (1968, p. 9-18).

<sup>16</sup> No caso, os escritos de Élio Esparciano, em *Historia Augusta* (Ael., II, 3), e os comentários de Mário Sérvio Honorato sobre a *Eneida*, de Virgílio (em particular, sobre o verso I, 286).

às forças pompeianas no norte da África e venceu o general cesariano Caio Escribão Cúrio, em agosto de 49 a.C., só sendo derrotado em abril de 46 a.C., na Batalha de Tapso. Desse modo, através do jogo palavra-imagem estimulado por tais etimologias, o que se vê figurado seria, na verdade, César (o elefante) marchando em direção a Juba (a serpente), deslocando mais uma vez o conflito civil para o campo da guerra contra forças estrangeiras (Woods, 2009, p. 191).

**Figura 4** - Denário de prata de César (RRC 443/1)



Fonte: American Numismatic Society. Disponível em: <<http://numismatics.org/collection/2004.14.71>>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

A outra linha interpretativa contesta o argumento etimológico, ao questionar a dependência de fontes escritas, bastante tardias, no caso da interpretação sobre a origem do nome de César, e o quanto difundidas eram tais referências entre romanos comuns, como a palavra púnica para elefante. Segundo Nousek (2008, p. 299-301), os elefantes eram bem íntimos aos inimigos de César. Em primeiro lugar, porque já eram estampados em cunhagens antigas da *gens Caecilia*. Os Cecílios Metelos reivindicavam um ancestral que teria capturado 140 elefantes cartagineses durante as Guerras Púnicas e, por isso, passaram a emitir moedas com elefantes desde 128 a.C.<sup>17</sup> Muitos membros desta família foram renitentes opositores de César, como o tribuno Lúcio Metelo que resistiu ao confisco do *aerarium sanctius* em 49 a.C., e Metelo Cipião, sogro de Pompeu.

<sup>17</sup> Ver RRC 262, 263, 269, 369, 374, 459.

Além dos Cecílios Metelos, o próprio Pompeu buscou se associar a elefantes. Igualando-se a Alexandre Magno, líder macedônico para o qual os elefantes se tornaram signo de conquista, Pompeu trouxe alguns desses animais para Roma, em diferentes momentos de sua carreira política. No entanto, acabou vivenciando experiências incômodas com isso. Segundo Plutarco (*Pompeius*, 14), em 81 a.C., Pompeu comemorava um triunfo que, diga-se de passagem, consideramos bastante controverso, quando decidiu adentrar Roma em uma carruagem puxada por quatro elefantes, mas, devido ao tamanho, não conseguiu passagem nos portões da cidade, o que forçou a interrupção do evento e a substituição por cavalos. Numa segunda ocasião, em 55 a.C., durante o último dia dos jogos de inauguração de seu teatro, foram exibidos elefantes que abismaram o público, não de forma prazerosa, pois os presentes ficaram comovidos diante da condição de cativeiro dos animais, provocando choro generalizado e críticas a Pompeu, como narram Cícero (*Epistulae ad familiares*, VII, 1, 3) e Plínio, o Velho (*NH*, VIII, 7, 21).

A referência aos Metelos e a Pompeu é,<sup>18</sup> ainda, reforçada pelo anverso da moeda, no qual se encontram instrumentos ceremoniais utilizados pelo *pontifex maximus*, posto ocupado por César desde 63 a.C.: *culullus* (púcaro utilizado em cerimônias por sacerdotes e pelas Vestais), *aspergillum* (espécie de vara com crinas de cavalo em uma extremidade, usada pelos sacerdotes para aspergir água lustral sobre os auxiliadores dos sacrifícios e sobre o altar), *securis* (machado sacrificial) e *apex* (chapéu com esporão pontiagudo de madeira no topo e dois filetes de tecido que eram amarrados no queixo, comum entre os flâmines e usado também pelo *pontifex maximus*) (Stevenson, 1889, p. 62, 91). O antecessor de César no sumo sacerdócio foi justamente um membro da *gens Caecilia*, Cecílio Metelo Pio, cuja família já cunhara moedas com signos semelhantes, assim como Pompeu e Fausto Cornélio Sila,<sup>19</sup> filho do antigo ditador e rival de Mário. No entanto, enquanto tais moedas traziam ícones pontuais, relacionados a sacerdócios específicos exercidos por seus emissores – como, por exemplo, o *lituus*, típico dos áugures, ou o *apex*, usado por flâmines –, o denário de César retrata a reunião heterogênea de todos esses símbolos. Tomados em conjunto, a importância deixa de recair sobre o colégio sacerdotal a que cada instrumento remete. O destaque incide, agora, sobre a acumulação dos signos, em alusão à posição de *pontifex maximus*, ocupada por César, que o colocava acima de todos os sacerdotes, tornando-se o portador da mais notória autoridade religiosa de Roma (Morawiecki, 1996, p. 47-48).

<sup>18</sup> Nousek (2008, p. 301) ainda nos lembra de Lúcio Domício Enobarbo, da *gens Domitia*, que fez forte oposição à manutenção do comando de César na Gália quando cônsul, em 54 a.C., e cujo avô teria liderado um batalhão de elefantes de guerra em sua campanha de pacificação da Gália Transalpina em 121 a.C.

<sup>19</sup> Para os Metelos, ver RRC 374/2; para Pompeu, ver RRC 402; para Sila e seu filho, ver, respectivamente, RRC 359/2 e 426.

O denário, então, fagocita a memória familiar dos adversários de César, seja dos cargos religiosos ocupados por eles, e que lhes eram motivo de orgulho, seja da relação de seus ancestrais com elefantes como símbolo de potência, subvertendo a iconografia que, antes, destacava o oponente de forma a, agora, inferiorizá-lo diante de César (Nousek, 2008, p. 299-301-302). A potencial ridicularização de Pompeu parece ser muito verossímil se considerarmos que estes denários foram produzidos em imensa quantidade, certamente circulando em Roma, e a lembrança dos eventos embaraçosos envolvendo Pompeu e os elefantes era muito recente – na época, segundo as descrições supracitadas de Cícero e Plínio, tinham produzido reações acaloradas. Ao lado das cunhagens apologéticas de Pompeu, que circulavam há um bom tempo, o escárnio produzido pela moeda de César era ainda maior, pois a lembrança inconveniente com os animais estimulava a comparação entre as peças – em um processo semelhante aos denários de Otávio com as moedas de Cleópatra Selene.

É digno de nota o fato de que Pompeu não foi citado epigráfica ou iconograficamente, nem os Metelos, Sila e Enobarbo. Tais figuras são sugeridas, relembradas de maneira indireta, pois o que auxilia a sua recordação é, justamente, a convivência com outras moedas emitidas por esses políticos. Se há uma provocação, ela é discreta, dissimulada, feita de forma oblíqua para atingir seu alvo, não aberta ou anunciada. Em certa medida, esse comportamento está presente, também, nas duas primeiras moedas aqui discutidas: Marco Antônio não foi diretamente atacado, nem mesmo os pompeianos de Massália capitaneados por Domício Enobarbo. Evitar a investida clara a um inimigo romano, todavia, não significa deixar de fazê-lo de maneira implícita. Egito, Gália e, possivelmente, a Numídia, se considerarmos a leitura da cobra como uma referência a Juba I, acabam cumprindo o papel de bode expiatório para as disputas internas de Roma, como se o conflito fosse sempre catapultado para fora das fronteiras imperiais. No plano memorial, embora existam elementos que apontem para a obliteração da origem do litígio e turvem o grau de envolvimento dos participantes romanos e estrangeiros, não se trata, necessariamente, de um esquecimento total da Guerra Civil, mas, sim, de um processo de deslocamento do conflito. Em outras palavras, mesmo que os combates tenham causas internas e envolvam os próprios romanos, a guerra que deve ser lembrada é outra, a externa.

## Conclusão

O constrangimento relacionado à Guerra Civil, que tornava árduo representá-la, ou mesmo comemorá-la em caso de vitória, é, antes, um problema da estrutura política da

*res publica* romana. A cultura política romana era tradicional e hierarquizada, no sentido de que a aristocracia detinha o poder das principais instituições republicanas de modo praticamente hereditário, mas era vital a tal sistema – ao consenso de sua legitimidade – a participação popular que mediasse a competição interna da elite. Tendo isso em vista, reduzir o adversário político a um inimigo de guerra e fazê-lo dobrar-se, como Roma fazia ao declarar guerra contra povos bárbaros, implicava na quebra da hierarquia que sustentava a estrutura hegemônica republicana como um todo. Ou seja, fazer do outro romano um inimigo desprovido de *auctoritas* colocava em risco sua própria *auctoritas*.

Essa conjuntura delicada é levada em consideração nas cunhagens. A preocupação prévia das autoridades emissoras em turvar a imagem do inimigo interno ou deslocar o foco da adversidade tem em conta a recepção das moedas pelas camadas não-dominantes, cuja participação política era vital à manutenção da aristocracia política. Se a contestação feita por um membro da *nobilitas* a outro em iguais condições excedesse a esfera individual e recaísse sobre o quadro institucional que amparava ambos, um perigoso caminho em direção à deslegitimização seria pavimentado. Isto abriria brechas a ataques à própria estrutura hierárquica de Roma, que poderia ser colocada em xeque no momento da mediação da competição aristocrática pelas camadas de baixo. O grupo dominante, apesar de se enfrentar internamente, não queria, de maneira consensual, comprometer sua própria condição hegemônica, daí o emprego de estratégias que degredavam os oponentes para fora da esfera da *romanidade*.

Entretanto, tais recursos não deixavam de ser contraditórios, pois as legiões não eram cegas a quem morria em campo de batalha. Como resultado desse processo, evidencia-se um desequilíbrio entre o uso da força das armas e o discurso legitimador da guerra; afinal, a mobilização das tropas demandava uma convocação ideológica que fazia eco no campo adversário, pois os líderes beligerantes eram pares que dividiam assentos no topo da hierarquia romana. Exemplo deste descompasso é o último denário discutido, que tece provocações à memória familiar dos Metelos e a Pompeu. Tais injúrias eram comuns na tradicional competição republicana entre aristocratas por cargos, porém eram mobilizadas em contextos de campanhas eleitorais. No entanto, o que se iniciava em 49 não era a disputa pelo consulado, mas sim era uma Guerra Civil. Para dizer o mínimo, o incitamento feito por este último denário é desmedido.

Tentou-se contornar a irregular relação entre forma e conteúdo, no caso das primeiras duas moedas, com a transferência da guerra para o estrangeiro, estratégia identificado por Arena (2020, p. 109-111) como a transformação da *bellum ciuale* em *bellum externum* em que o derrotado é declarado *hostis*, um inimigo estrangeiro, estranho à comunidade cívica. Contudo, tal deslocamento não visava a convencer os contemporâneos de que

não houve Guerra Civil – negá-la a partir do pressuposto equivocado da ingenuidade coletiva não enganaria a ninguém. Como expusemos no início, antes de persuadir, cabe à moeda lembrar. Se é impraticável apagar a guerra doméstica, é possível, por outro lado, diluir o peso dela na lembrança de guerras externas, devido à plasticidade da memória, como ocorre no caso do denário de Saserna. Este, de fato, relembra, por oposição, que o *imperium* de César fez da Gália vassala, mas de Massália e sua patrona Diana, livres. Também se torna possível disputar a causalidade da guerra no plano memorial, como ocorre por meio do denário de Otávio, que faz da guerra iniciada em 31 a.C. essencialmente uma conquista do Egito, sendo que qualquer participação romana no conflito não precisava ser lembrada, já que era irrisória diante da responsabilidade egípcia.

## Referências

### Documentação textual

- AUGUSTO. Feitos do divino Augusto. In: AUGUSTO; SUETÔNIO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Tradução de Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CICERON. *Correspondance*: Lettres 1 à 954. Traduit par Léopold-Albert Constans, Jean Bayet et Jean Beaujeu. Paris: Belles Lettres, 2021.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*: Books XVIII-XIX, 65. Translated by Russel M. Geer. Cambridge: Harvard University, 1947. v. 9.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*: Books 3-4. Translated by Ernest Cary. London: William Heinemann, 1960. v. 2.
- HISTORIA AUGUSTA. Translated by David Magie. Cambridge: Harvard University, 2022
- JÚLIO CÉSAR. *Bellvm Civile*. Tradução, introdução e notas de Antonio da Silva Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- LIVY. *History of Rome*: Books V-VII. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University, 1924. v. 3.
- LUCRÉCIO. *De rerum natura*. Tradução de Rodrigo Tadeu Gonçalves. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- PLINIO IL VECCHIO. *Storia Naturale*: antropologia e zoologia (libri 7-11). Traduzione di Alberto Borghini, Elena Giannarelli, Arnaldo Marcone, Giuliano Ranucci. Turim: Einaudi, 1983. v. 2.
- PLUTARCUS. *Parallel Lives*. Translated by Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann, 1955. v. 5.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

### Obras de apoio

- ALFÖLDI, A.; ALFÖLDY, G.; BIRLEY, A. R. *Bonner Historia Augusta Colloquium (1966/1967)*. Bonn, 1968.
- ARATA, F. P. Osservazioni sulla topografia sacra dell'Arx capitolina. *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, v. 122, n. 1, p. 117-146, 2010.
- ARENA, V. The notion of *Bellum Civile* in the last century of the Republic. In: POLO, F. P. (ed.). *The Triumviral Period: Civil War, political crisis and socioeconomic transformations*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2020, p. 101-126.
- CARANDINI, A.; CARAFA, P. (ed.). *The Atlas of Ancient Rome*: biography and portraits of the city. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.
- CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. *Moedas*: a numismática e o estudo da história. São Paulo: Annablume, 2012.
- CRAWFORD, M. H. *Coinage and money under the Roman Republic*: Italy and the Mediterranean economy. Berkeley: University of California, 1985.
- CRAWFORD, M. H. *Roman Republic coinage*. Cambridge: Cambridge University, 1991. v. 1.
- CRAWFORD, M. H. *Roman Republic coinage*. Cambridge: Cambridge University, 2008. v. 2.
- DRAYCOTT, J. The symbol of Cleopatra Selene: reading crocodiles on coins in the Late Republic and Early Principate. *Acta Classica*, v. 55, p. 43-56, 2012.
- FLOWER, H. I. *The art of forgetting*: disgrace & oblivion in Roman political culture. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.
- GRAS, M. Le temple de Diane sur l'Aventin. *Revue des Études Anciennes*, v. 89, n. 1-2, p. 47-61, 1987.
- GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HANNESTAD, N. *Roman art and imperial policy*. Aarhus: Aarhus University, 1988.
- HERKLOTZ, F. *Aegypto capta*: Augustus and the annexation of Egypt. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 11-21.
- KELLUM, B A. What we see and what we don't see. Narrative structure and the *Ara Pacis Augustae*. *Art History*, v. 17, n. 1, p. 26-45, 1994.
- KEMMERS, F.; MYRBERG, N. Rethinking numismatics. The archaeology of coins. *Archaeological Dialogues*, v. 18, n. 1, p. 87-108, 2011.
- KURY, M. G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- LINDERSKI, J. Q. *Scipio imperator*. In: LINDERSKI, J. (ed.). *Imperium sine fine*: T. Robert, S. Broughton and the Roman Republic. Estugarda: Historia Einzelschrift, 1996, p. 145-185.
- MARTINS, P. *Imagen e poder*: considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011.
- MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. *Moneta and the monuments: coinage and politics in Republican Rome*. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, p. 27-49, 2001.
- MENESES, U. T. B. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.
- MORAWIECKI, L. *Pontificalia atque Auguralia insignia and the political propaganda in the coinage of the Roman Republic*. *Notae Numismaticae*, v. 1, p. 37-57, 1996.
- NOUSEK, D. L. Turning points in Roman History: the case of Caesar's elephant denarius. *Phoenix*, v. 62, n. 3/4, p. 290-307, 2008.
- OXFORD. *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- RAAFLAUB, K. Caesar the Liberator? Factional politics, civil war, and ideology. In: CAIRNS, F.; FANTHAM, E. (ed.). *Caesar against liberty?* Perspectives on his autocracy. Wiltshire: Francis Cairns, 2003, p. 35-67.
- REBUFFAT, F. *La monnaie dans l'Antiquité*. Paris: Picard, 1996.
- ROWAN, C. *From Caesar to Augustus (c. 49 BC-AD 14): using coins as sources*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- SILVA, C. F. P; ZARDINI, T. B. O uso dos mitos nas moedas de Augusto e Constantino. *Roda da Fortuna*, v. 4, p. 83-106, 2015.
- SMITH, C. Gramsci and the Roman Cultural Revolution. In: ZUCCHETTI, E.; CIMINO, A. M. (ed.). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Abingdon: Routledge, 2021, p. 222-238.
- STEVENSON, S. W. *A dictionary of Roman coins: Republican and Imperial*. London: G. Bell and Sons, 1889.
- WOLTERS, R. Bronze, silver or gold? Coin finds and the pay of the Roman army. *Zephyrus*, v. 53/54, p. 579-588, 2001.
- WOODS, D. Caesar the elephant against Juba the snake. *Numismatic Chronicle*, v. 169, p. 189-192, 2009.